

## **GABINETE DO PREFEITO**

**LEI MUNICIPAL Nº 1126/2006 DE 09 DE OUTUBRO DE 2006.**

**“DISPÕE SOBRE O LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE DOUTOR MAURICIO CARDOSO, RS, E DAS NORMAS PARA AS TAXAS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

**MARINO JOSE POLLO, PREFEITO MUNICIPAL DE DOUTOR MAURICIO CARDOSO**, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, Faz saber que, o Poder Legislativo aprovou e EU sanciono e promulgo a seguinte Lei.

### **CAPÍTULO I** **Do Licenciamento Ambiental**

**Art.1º** - Ao Município compete buscar a compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico locais, visando ao desenvolvimento sustentável.

**Parágrafo único** - Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

**I** - meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química, biológica, urbanística, social e econômica que permite, abriga, rege, regula e orienta a vida em todas as suas formas;

**II** - degradação da qualidade ambiental, a alteração adversa das características do meio ambiente;

**III** - poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente.

**a)** prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

**b)** criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;

**c)** afetem desfavoravelmente a biota;

**d)** afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;

**e)** lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

**IV** - poluidor a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental;

**V** - recursos ambientais: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, o solo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora.

**Art.2º** - A localização, construção, instalação, ampliação e funcionamento de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva ou

potencialmente poluidores, bem como empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, caracterizada pela legislação vigente como sendo de impacto local, dependerão de prévio licenciamento do órgão ambiental municipal competente, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.

**§ 1º** - Consideram-se atividades de preponderante interesse ambiental local:

**I** - as definidas na Resolução nº 05/98 do Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA); e as elencadas na resolução 102/2005, resolução de manejo florestal numero110/2005 e a resolução 111/2005;

**II** - as repassadas por delegação de competência pelo órgão ambiental do Estado, através de instrumento legal ou convênio.

**§ 2º** - Para a plena aplicação desta Lei, inclusive para apuração do porte e grau de poluição, será observado o Anexo Único da Resolução nº 05/98 do Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA), bem como a legislação utilizada pela FEPAM, pertinente ao assunto.

**Art.3º** - Ao Município, como membro integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente, compete utilizar o procedimento do licenciamento ambiental como instrumento de gestão ambiental, visando ao desenvolvimento sustentável, adotada as seguintes definições:

**I** - licenciamento ambiental: procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental municipal licencia a localização, instalação, ampliação e operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, caracterizada como de preponderante impacto local, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso;

**II** - licença ambiental: ato administrativo pelo qual o órgão ambiental municipal estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerada de preponderante impacto local;

**III** - estudos ambientais: são todos e quaisquer estudos relativos aos aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de uma atividade ou empreendimento, apresentado como subsídio para a análise da licença requerida, tais como: relatório ambiental; plano e projeto de controle ambiental; relatório ambiental preliminar; diagnóstico ambiental; plano de manejo; plano de recuperação de área degradada e análise preliminar de risco;

**IV** - impacto ambiental local: é todo e qualquer impacto ambiental que afete diretamente (área de influência do projeto), no todo ou em parte, o território do Município.

**Art.4º** - Para avaliação da degradação ambiental e do impacto das atividades será considerado o reflexo do empreendimento ou atividade no ambiente natural, no ambiente social, no desenvolvimento econômico e sócio-cultural, na cultura local e na infraestrutura da Cidade, podendo ser exigido, a critério do órgão ambiental municipal, o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e/ou o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).

**§ 1º** - Estudo de Impacto Ambiental (EIA) é a denominação do instrumento de gestão ambiental utilizado para exigir os estudos para concepção, localização, instalação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente causadores de significativa degradação ambiental.

**§ 2º** - Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) é a denominação do instrumento de gestão ambiental utilizado para exigir os estudos simplificados a fim de avaliar as interações da implantação ou da operação de uma atividade efetiva ou potencialmente causadora de degradação ambiental.

**§ 3º** - O EIA e o RIMA serão elaborados por técnicos legalmente habilitados, correndo as despesas às expensas do proponente do projeto, e, respeitada a matéria de sigilo industrial, assim expressamente caracterizada a pedido do interessado, ambos serão acessíveis ao público.

**§ 4º** - O empreendedor e os profissionais que subscrevem os estudos previstos no *caput* deste artigo serão responsáveis pelas informações apresentadas, sujeitando-se às sanções administrativas, civis e penais.

**Art.5º** - O órgão municipal de meio ambiente, no exercício de sua competência e em conformidade com a Resolução nº 237/97 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) e com a Resolução nº 05/98 do Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA), concederá as seguintes licenças:

**I** - Licença Prévia (LP): concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação, observado o Plano Municipal de Uso e Ocupação do Solo;

**II** - Licença de Instalação (LI): autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante;

**III** - Licença de Operação (LO): autoriza a operação da atividade ou do empreendimento após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação.

**§ 1º** - As licenças ambientais poderão ser expedidas isoladas ou sucessivamente, nessa ordem, de acordo com a natureza, características e fase do empreendimento ou atividade.

**§ 2º** - Os pedidos de licenciamento, sua renovação e a respectiva concessão serão publicados em periódico local de grande circulação.

**§ 3º** - Durante os estudos para a concessão prevista no *caput* deste artigo, o órgão ambiental municipal, sempre que julgar necessário ou quando for solicitado por entidade civil, pelo Ministério Público, pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente (CMMA) ou por, no mínimo, vinte cinco cidadãos, promoverá a realização de audiência pública, perdendo a validade a licença concedida na hipótese de sua não realização.

**Art.6º** - O procedimento de licenciamento ambiental obedecerá as seguintes etapas:

**I** - definição pelo órgão ambiental municipal, com a participação do empreendedor, dos documentos, projetos e estudos ambientais necessários ao início do processo de licenciamento correspondente à licença a ser requerida;

**II** - requerimento da licença ambiental pelo empreendedor, acompanhado dos documentos, projetos e estudos ambientais pertinentes, dando-se a devida publicidade;

**III** - análise pelo órgão ambiental municipal dos documentos, projetos e estudos ambientais apresentados e a realização de vistorias técnicas, quando necessárias;

**IV** - solicitação de esclarecimentos e complementações pelo órgão ambiental municipal, uma única vez, em decorrência da análise dos documentos, projetos e estudos ambientais apresentados, quando couber, podendo haver a reiteração da mesma solicitação caso os esclarecimentos e complementações não tenham sido satisfatórios;

**V** - audiência pública, quando couber, de acordo com o disposto no parágrafo terceiro do artigo 5º;

**VI** - solicitação de esclarecimentos e complementações pelo órgão ambiental municipal, decorrentes de audiências públicas, quando couber, podendo haver reiteração da solicitação quando os esclarecimentos e complementações não tenham sido satisfatórios;

**VII** - emissão de parecer técnico conclusivo e, quando couber, parecer jurídico;

**VIII** - deferimento ou indeferimento do pedido de licença, dando-se a devida publicidade.

**§ 1º** - No procedimento de licenciamento ambiental deverá constar, obrigatoriamente, certidão da Prefeitura Municipal declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a legislação municipal aplicável ao uso e ocupação do solo e, quando for o caso, a autorização para supressão de vegetação e a outorga para o uso da água, emitidas pelos órgãos competentes.

**§ 2º** - No caso de empreendimentos e atividades sujeitas ao estudo de impacto ambiental - EIA, verificada a necessidade de nova complementação em decorrência de esclarecimentos já prestados, conforme incisos IV e VI, o órgão ambiental competente, mediante decisão motivada e com a participação do empreendedor, poderá formular novo pedido de complementação.

**§ 3º** - A critério do órgão ambiental municipal, no EIA/RIMA poderão ser exigidos os seguintes estudos, dentre outros que se entenderem necessários:

- a) levantamento de vegetação;
- b) impactos no solo e rochas;
- c) impactos na infra-estrutura urbana;

- d) impactos na qualidade do ar;
- e) impactos paisagísticos;
- f) impactos no patrimônio histórico-cultural;
- g) impactos nos recursos hídricos;
- h) impactos na fauna;
- i) estudos sócio-econômicos.

**Art.7º** - O órgão ambiental municipal poderá estabelecer prazos de análises diferenciados para cada modalidade de licença (LP, LI e LO), em função das peculiaridades das atividades ou empreendimentos, bem como para a formulação de exigências complementares, desde que observado o prazo máximo de 6 (seis) meses a contar do ato de protocolar o requerimento até o seu deferimento ou indeferimento, ressalvados os casos em que houver EIA/RIMA e/ou audiência pública, quando o prazo será de 12 (doze) meses.

**§ 1º** - A contagem do prazo previsto no *caput* deste artigo será suspensa durante a elaboração dos estudos ambientais complementares ou preparação de esclarecimentos pelo empreendedor.

**§ 2º** - Os prazos estipulados no *caput* poderão ser alterados pelo órgão ambiental municipal, desde que justificados e com a concordância do empreendedor.

**§ 3º** - O empreendedor deverá atender a solicitação de esclarecimento e complementação, formuladas pelo órgão ambiental municipal, dentro do prazo máximo de 2 (dois) meses, a contar do recebimento da respectiva notificação, o qual poderá ser prorrogado, desde que justificado e com a concordância do empreendedor.

**Art.8º** - O arquivamento do processo de licenciamento não impedirá a apresentação de novo requerimento de licença, que deverá obedecer aos procedimentos estabelecidos no artigo 6º, mediante novo pagamento de custo de análise.

**Parágrafo único** - Caberá recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, dirigido ao Conselho Municipal de Meio Ambiente (CMMA), em última instância administrativa, das decisões proferidas pelo órgão ambiental municipal que indeferem requerimento de licenciamento ambiental e das que resultam na aplicação de multas e/ou outras penalidades previstas na legislação em vigor.

**Art.9º** - As licenças ambientais expedidas pelo órgão ambiental municipal competente deverão ser renovadas anualmente.

**§ 1º** - Durante o prazo de validade da Licença Prévia (LP), o empreendedor deverá providenciar o encaminhamento da Licença de Instalação (LI), caso contrário, deverá solicitar a renovação da Licença Prévia (LP).

**§ 2º** - Da mesma forma, obtida a Licença de Instalação (LI), deverá ser encaminhada a respectiva Licença de Operação (LO), e caso não seja possível obtê-la, deverá o empreendedor requerer a renovação da Licença de Instalação (LI).

**§ 3º** - A renovação da Licença de Operação (LO) de uma atividade ou empreendimento deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, ficando este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental municipal competente.

## **CAPÍTULO II**

### **Da Taxa de Licenciamento Ambiental**

**Art.10** - Fica instituída no Município de Doutor Mauricio Cardoso, RS, as normas sobre as Taxa de Licenciamento Ambiental.

**Art.11** - A Taxa de Licenciamento Ambiental tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, decorrente do licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental de impacto local no âmbito do Município.

**Art.12** - São contribuintes da Taxa de Licenciamento Ambiental os empreendedores, pessoas físicas ou jurídicas, públicos ou privados, que, nos termos da legislação ambiental em vigor, devam submeter qualquer empreendimento ou atividade geradora de impacto ambiental local ao licenciamento de competência municipal.

**Art.13** - A Taxa de Licenciamento Ambiental tem como base de cálculo a Lei Municipal nº 1111/2006 de 26/07/2006.

**§ 1º** - Os custos de serviços (taxas, vistorias, análises de processos e outros), executados pelo órgão municipal de meio ambiente, necessários ao licenciamento ambiental, serão ressarcidos pelo interessado, considerando-se:

- I - o tipo de licença;
- II - o porte da atividade exercida ou a ser licenciada;
- III - o grau de poluição;
- IV - o nível de impacto ambiental.

**§ 2º** - Para fins de cálculo da Taxa de Licenciamento Ambiental, a apuração do porte da atividade exercida ou a ser licenciada, do grau de poluição e do nível de impacto ambiental, será feita observando-se o Anexo Único da Resolução nº 05/98, do Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA), bem como os critérios de classificação utilizados pela FEPAM para expedição de licenças ambientais.

**Art.14** - As atividades sujeitas à incidência da Taxa de Licenciamento Ambiental terão as alíquotas conforme lei municipal nº 1111/2006 de 26/07/2006.

- I - parcelamento do solo;

**II** - demais atividades ou empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental pelo Município (LP, LI e LO);

**III** - Outros custos (Declaração, Autorização, MTR, Atualização da LO - fontes móveis);

**IV** - As taxas de licenciamento florestal e recursos naturais seguirão as normas da legislação estadual vigente;

**V** - a Taxa de Renovação das licenças ambientais (LP, LI e LO) corresponderá ao valor estipulado para a concessão da licença ambiental a ser renovada.

**Art.15** - A Taxa de Licenciamento Ambiental, bem como sua renovação, será lançada e arrecadada no ato do protocolo do pedido ou previamente à expedição e entrega do documento pertinente ao ato administrativo objeto do pedido, sendo seus pagamentos pressupostos para análise dos projetos e serão devidas independente do deferimento ou não da licença requerida.

**Parágrafo único** - A Taxa será devida tantas vezes quantas forem as licenças ambientais exigidas (LP, LI e LO).

**Art.16** - Aplica-se, no que couber, a legislação tributária do Município de Doutor Mauricio Cardoso - RS.

### **CAPÍTULO III**

#### **Das Disposições Finais**

**Art.17** - O órgão ambiental municipal será o responsável pela aplicação da presente Lei e por sua fiscalização, bem como pela implementação da Política Municipal de Meio Ambiente.

**Art.18** - Os valores arrecadados, provenientes do licenciamento ambiental e de multas emitidas pelo órgão municipal de meio ambiente, serão depositados à conta do Fundo Municipal de Meio Ambiente (FMMA) de Doutor Mauricio Cardoso, RS.

**Art.19** - Quando a ampliação de empreendimentos e atividades já licenciadas pelo órgão municipal de meio ambiente ultrapassarem os portes de impacto local, indicados na Resolução nº 05/98 do Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA) e nos critérios de classificação adotados pela FEPAM, a competência do licenciamento ambiental retorna ao Estado, podendo esta ser delegada pelo órgão ambiental do Estado ao Município através de instrumento legal ou convênio.

**Art.20** - As atividades e empreendimentos em operação no Município de Doutor Mauricio Cardoso, RS, quando da entrada em vigor desta Lei, terão prazo de uma ano para regularizar-se.

**Art.21** - Terão eficácia no âmbito municipal as licenças concedidas pelo órgão ambiental do Estado antes da publicação da presente Lei, passando as atividades a submeterem-se ao regramento municipal após expirada a validade das mesmas ou excedidos três anos da concessão da licença.

**Art.22** - O órgão ambiental municipal, mediante decisão motivada, poderá modificar os condicionantes e as medidas de controle de adequação, suspender ou cancelar uma licença expedida, quando ocorrer:

I - violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;

II - omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença;

III - superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.

**Art.23** - Aos empreendimentos e atividades que construïrem, reformarem, ampliarem, instalarem ou fizerem funcionar, em qualquer parte do território municipal, obras ou serviços potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, caracterizada como de impacto local, sem licença ou autorização do órgão ambiental municipal competente, ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes, serão aplicadas as sanções e o rito administrativo previsto na Lei Federal nº 9.605/98 e no seu regulamento.

**Parágrafo único** - O proprietário do estabelecimento ou empreendimento, ou o seu preposto responsável, permitirá, sob as penas da lei, o ingresso da fiscalização no local das atividades potencialmente poluidoras para a inspeção de todas as suas dependências, e a permanência, pelo tempo que se tornar necessário, em estabelecimentos públicos e privados, não lhes podendo negar informações, vistas a projetos, instalações, dependências e demais unidades do estabelecimento sob inspeção.

**Art.24** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DOUTOR  
MAURÍCIO CARDOSO, 09 DE OUTUBRO DE 2006.**

**Registre-se e Publique-se**

**MARINO JOSÉ POLLO  
PREFEITO MUNICIPAL**

**NELSON ARI NÜSKE  
SECRETÁRIO DE ADM E FAZENDA**